

Desafios enfrentados pelos professores auxiliares da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista

Challenges municipal network auxiliary teachers face attending students with autistic spectrum disorder

Carlos Rodrigo Ozuna dos Santos¹

Jocimara Paiva Grillo²

Resumo: O autismo é visto como deficiência persistente manifestada na comunicação e interação social, dificuldade de comunicação verbal e não verbal, reciprocidade social e dificuldades em manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Objetivou-se conhecer as principais dificuldades e os desafios dos professores auxiliares quanto à inclusão do aluno autista no ensino regular básico, bem como analisar como vem sendo feitas as qualificações dos profissionais que atuam, direta e indiretamente, com estes alunos. Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo. Participaram do estudo seis professores auxiliares (APES) que atuam atendendo alunos da educação especial, sendo em sua maioria, mulheres entre 31 e 45 anos. Observou-se que embora haja boa vontade por parte dos professores e auxiliares, que lidam no dia a dia com a inclusão dos alunos autistas, ainda falta muita oferta de qualificação e preparo por parte dos gestores públicos, pois muitas das vezes, professores acabam tendo que gastar do próprio bolso em busca de conhecimento, respostas, métodos, metodologias e até mesmo estruturas para atender a alunos autistas.

Palavras-chave: Transtorno Autístico; Inclusão Educacional; Capacitação de Professores.

Abstract: Autism is seen as persistent deficiency manifested in communication and social interaction, difficulty in verbal and non-verbal communication, social reciprocity and difficulties in maintaining relationships appropriate to their level of development. The objective was to know the main difficulties and the challenges the auxiliary teachers face in the inclusion of autistic students in basic regular education, as well as to analyze which qualification methods the professionals who act receive, directly and indirectly, regarding such students. This is a descriptive and qualitative study. Participated in the study six auxiliary teachers (APES) who act serving special education students, being mostly women between 31 and 45 years. It was observed that although there is good teachers and auxiliaries, who deal daily with inclusion of the autistic students, there is still a great deal of qualification and preparation to be offered by the public managers, since many times teachers have to spend money from their own pocket in search of knowledge, answers, methods, methodologies and even structures for autistic students.

Keywords: Autistic Disorder; Mainstreaming (Education); Teacher Training

¹ Mestrando em Educação Matemática na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8509-9203>. E-mail: crozunasantos@hotmail.com.

² Mestra em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco – Brasil. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7762-7106>. E-mail: jocimara.grillo@ifms.edu.br.

1 Introdução

O Governo Federal Brasileiro instituiu por meio da Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, caracterizando o TEA como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, que é manifestada por uma possível deficiência de comunicação verbal e não verbal usada para interação social. Além disto, pode existir a ausência de reciprocidade social e uma dificuldade em desenvolver e manter relações. O transtorno do espectro autista (TEA) é um grupo de distúrbios neurológicos de início nos primeiros anos de vida, caracterizado por uma tríade de comprometimento das habilidades sociais e de comunicação, além de comportamentos estereotipados.

O aluno com síndrome do espectro autista pode não estabelecer contatos físicos, visuais ou auditivos e tampouco afetivos. O possível isolamento social também é marcante nesses alunos, sendo assim, não demonstram interesse em interação social, no entanto, podem surgir momentos de interações afetivas, mas da mesma forma que elas surgem, elas desaparecem.

Isto nos traz a necessidade da ação no cotidiano, com mais investimentos e parcerias com pesquisadores e instituições especializadas na formação de educadores. Embora existam entidades que desenvolvam importantes ações junto às pessoas com algum tipo de deficiência, o governo passou a propor a inclusão desta parcela da população, reconhecendo seus direitos enquanto cidadãos, garantindo a integralidade das ações em todas as esferas nas quais o aluno deve estar inserido.

A experiência daqueles que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, em sua maioria com autistas, mostra que a inclusão escolar é necessária para que estas crianças aprendam, fora do ambiente familiar, a conviver com outros alunos. Ações como cair e levantar, chorar e sorrir são necessárias no aprendizado cognitivo do autista. Fazer com que os pais entendam esta necessidade é um imperativo e é preciso conscientizá-los sobre os malefícios da chamada “infantilização” do autista. Este aprendizado de independência desenvolverá no autista uma superação própria dos seus limites, fazendo com que eles desenvolvam ao máximo as potencialidades individuais, mesmo porque os pais podem até exercer esse papel de superprotetores, mas somente até o ponto em que estiverem vivos, pois infelizmente, os pais não são eternos, pois “a independência do indivíduo autista

mostra o valor que cada um tem, além de seus potenciais, sua individualidade e sua capacidade criativa” (SERRA, 2010, p. 48).

Diante disto, esta pesquisa visa investigar quais são os principais desafios enfrentados pelos professores da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista.

Com a intenção de se aprofundar no tema e tentar responder a esta questão foi desenvolvida esta pesquisa com professores e estagiários da rede municipal de ensino do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na qual o objetivo geral é verificar quais os desafios enfrentados pelos professores da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista. Como objetivo específico busca-se: entender quais têm sido as dificuldades e os desafios que professores e gestores têm enfrentado na inclusão do aluno autista no ensino regular; certificar se a formação acadêmica, no âmbito de graduação e especialização tem sido suficiente para preparar o professor na inclusão do aluno autista; pesquisar se é possível dizer que, com uma especialização voltada ao tema, o professor está preparado para lidar com os desafios que surgem diariamente na inclusão do aluno autista.

2 Procedimento metodológico

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado em duas escolas pertencentes ao ensino público municipal, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Fizeram parte da pesquisa oito professores auxiliares da rede pública de ensino que atuam atendendo alunos da educação inclusiva no ensino regular. A coleta foi realizada entre os dias 10 de agosto de 2018 a 15 de setembro de 2018.

Para as entrevistas, utilizou-se um questionário estruturado com questões subjetivas, como por exemplo: “Você já ouviu falar em inclusão?”; “Há quanto tempo está atuando (trabalhando ou estudando) na área e há quanto tempo está atuando com inclusão escolar?”; “Você acha que a escola onde você trabalha está preparada, hoje, para receber uma criança autista?”; “Você se considera preparado(a) para receber em sua sala de aula, hoje, uma criança autista?”; “Você recebe orientação, formação, ou algum tipo de suporte quando uma criança autista se matricula na escola?”; “Como funciona a distribuição dos alunos autistas quando estes se matriculam na escola?”; “É feita alguma escolha por parte dos professores auxiliares?”, entre outras questões que auxiliassem na investigação acerca das dificuldades e

Desafios enfrentados pelos professores auxiliares da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista

os desafios que surgem no dia a dia desses profissionais. As pesquisas aconteceram em um local reservado, dentro das escolas nas quais estes professores atuam, em sala reservada, resguardando a privacidade dos pesquisados.

Foi feita análise dos dados à luz da metodologia proposta por Minayo (2010, p. 407), seguindo as seguintes etapas: pré-análise - leitura flutuante, constituição do corpus, e formulação de hipóteses e objetivos; exploração do material - consistiu essencialmente na operação de codificação, em uma análise mais aprofundada das entrevistas, destacando os referenciais teóricos e classificando o material em categorias e, por fim, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

3 Análise dos dados

Nesta análise foram criadas três hipóteses, que serão abordadas mais adiante no quadro a seguir, são elas: 1) Formação acadêmica é suficiente para que futuros professores estejam capacitados para atender alunos autistas na educação inclusiva; 2) Formação acadêmica não é suficiente, sendo necessária uma especialização com ênfase em inclusão dos alunos autistas e 3) Formação acadêmica e especializações são insuficientes, sendo necessárias intervenções que envolvam todos os funcionários da escola, para que ocorra uma inclusão de fato do aluno autista.

Quadro 1 – Categorias e subcategorias extraídas após a análise dos dados

TEMA	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ENTREVISTA
FORMAÇÃO	GRADUAÇÃO	Formação acadêmica é suficiente para que futuros professores estejam capacitados para atender alunos autistas na educação inclusiva	[...]é muito importante que o professor de apoio tenha uma formação específica para a necessidade do aluno[...] (PROF-1).
	PÓS-GRADUAÇÃO	Formação acadêmica não é suficiente, sendo necessária uma especialização com ênfase em inclusão dos alunos autistas	[...]existe sim formação e suporte para trabalhar com aluno autista[...] (PROF-2). [...]é oferecida uma formação no início do ano e no decorrer (do ano) e recebemos visitas técnicas semanais para

Desafios enfrentados pelos professores auxiliares da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista

			orientação[...] (PROF-1).
	CURSOS E PALESTRAS OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Formação acadêmica e especializações são insuficientes, sendo necessárias intervenções que envolvam todos os funcionários da escola, para que ocorra uma inclusão de fato do aluno autista	[...] Quando o aluno é matriculado na escola a equipe do Atendimento Educacional Especializado já designa um Professor Auxiliar, com experiência e a equipe aconselha que façamos cursos, pós-graduação, nos prepare para atender este público. E é oferecida uma formação no início do ano e no decorrer e recebemos visitas técnicas semanais para orientações[...] (PROF-1).
FRAGILIDADES	Situações que dificultam o trabalho do professor auxiliar em sala de aula.	---	[...]As formações na área de educação especial deveria abranger todos os funcionários da escola, não apenas professores auxiliares e estagiários[...] (PROF-3) [...]não existe na minha escola uma sala de recursos, mas orientamos a família a procurar uma escola que tenha e realizar um trabalho no contra turno[...] (PROF-5). [...]falta de conhecimento[...] (PROF-4).
POTENCIALIDADES	Situações que facilitam o trabalho do professor auxiliar em sala de aula.	---	Não houve opiniões positivas na entrevista

Fonte: os autores (2018).

O fato de existirem poucos estudos no Brasil sobre inclusão de crianças autistas no ensino regular reflete a realidade, haja vista a existência de poucas crianças autistas incluídas no ensino regular, em comparação com aquelas outras crianças com outras deficiências.

Desafios enfrentados pelos professores auxiliares da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista

Proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Além disso, subjacente ao conceito de competência social está a noção de que as habilidades sociais são passíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social (CAMARGO; BOSA, 2009).

A educação inclusiva parte de um pressuposto de que todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se, nomeadamente porque esta atitude constitui um desafio que cria novas situações de aprendizagem para todos os intervenientes da comunidade escolar. Nesse sentido, a diferença é um valor e a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos os seus alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva (AINSCOW, 1998).

É preciso desenvolver um ambiente escolar adequado que favoreça aos estudantes oportunidades necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades. É preciso promover e incentivar a aprendizagem a todos os alunos, ou seja, que todos os alunos possam aprender juntos sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade e das diferenças que possam apresentar, não podendo tolerar qualquer atitude discriminatória. É fundamental acontecer mudanças urgentes na rede regular de ensino, como, por exemplo, a aplicabilidade da diversidade deve ser um critério prioritário numa escola inclusiva, organizar cursos de capacitações, oficinas e outros mecanismos que promovam a formação de professores e demais funcionários da escola, para que a falta de preparo dos professores não seja mais considerado um obstáculo na efetivação desse processo (BORDIN, 2009, p. 35).

“As formações na área da educação especial deveriam abranger todos os funcionários da escola, não apenas APES e estagiários”, disse PROF-3, com isto podemos perceber que a escola tem tentando aperfeiçoar e melhorar o nível de conhecimento dos professores, através das formações continuadas que ocorrem semestralmente na rede municipal de ensino, entretanto ainda assim alguns desafios são encontrados. Primeiramente os temas tratados nas formações são bem genéricos, tratam da inclusão (quando tratam) de forma generalizada, sem especificar uma ou outra limitação. Outra dificuldade é que as formações ocorrem em um ou dois dias no máximo, o que impede de todos os funcionários aprendam e participem de uma palestra ou oficina sobre o tema, ficando apenas a cargo dos APES e dos estagiários aprenderem sobre o tema, visto que enquanto eles estão em sala aprendendo,

os demais professores estão nas outras salas debatendo outros temas relacionados às disciplinas que ensinam.

Apesar disto, os professores acreditam que a qualificação profissional tem melhorado, mesmo que de forma individualizada, visto que todos os entrevistados cursaram ou cursam alguma especialização voltada ao tema inclusão e educação especial. Nesta hora surge mais uma dificuldade apontada por eles: estrutura. “Na escola precisa de uma sala de recursos para contribuir no desenvolvimento da aprendizagem do aluno”, disse PROF-2.

Ao reconhecermos que existem dificuldades nos sistemas de ensino, temos que admitir que existam também práticas de segregação e que não são eficientes para atender de forma eficaz a grande maioria dos estudantes com necessidades especiais, tirando deles este direito de ser incluído. Logo, se não há inclusão no ambiente escolar, muito mais difícil será fazer que haja inclusão na sociedade.

3.1 Conhecimento dos professores relacionados à inclusão escolar

A inclusão escolar é uma ação política, cultural, social e pedagógica, com o intuito de garantir o direito a todos os alunos, para que aprendam e participem juntos (BRASIL, 2007, p.5).

Alguns professores creem que incluir é quebrar paradigmas, fazendo com que alunos possam participar juntos, independentemente de suas especificidades, pois crianças com autismo precisam ser inclusas, aceitas no ambiente escolar como pessoas “normais”, sem preconceito, para que possam ser alfabetizadas e aprendam a se desenvolver.

Quando perguntado sobre a inclusão, se eles já haviam ouvido falar ou se até mesmo conheciam o significado, a maioria sabia explicar com suas próprias palavras o significado da palavra inclusão. PROF-6 diz que “inclusão é acolher todas as pessoas sem exceção, independente de cor, classe social e condições financeiras.”. Já PROF-3 acredita que “para mim, inclusão é que todas as pessoas devem ter acesso de modo igualitário ao ensino”.

Incluir uma criança autista é muito mais que colocá-la em uma escola comum, com uma sala regular, faz-se necessário proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investir em suas potencialidades, para que se consiga constituir um sujeito como um ser que pensa, aprende, sente, participa dos grupos sociais e que se desenvolve em sua singularidade, afinal, toda criança autista é diferente, igual a todo mundo (PLETSH; LIMA, 2014, p. 6).

Desafios enfrentados pelos professores auxiliares da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista

É notório que, ao proporcionar às crianças autistas uma oportunidade de conviver (incluindo-as) com outras crianças da mesma faixa etária, cria-se a possibilidade dessa criança estimular as suas capacidades interativas, impedindo desta forma, o isolamento contínuo (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 65-74).

Para outros professores a palavra inclusão seria apenas “incluir”. Pensamentos como estes servem para mostrar a importância de se continuar os estudos acerca da temática, fazendo com que professores principalmente aqueles que lidam diariamente com alunos autistas, se encantem com este mundo e queiram a cada dia mais estudar, pesquisar, formar opinião acerca desta realidade, para que os paradigmas acerca da inclusão sejam quebrados e aumente o conhecimento dos professores acerca da inclusão.

O fato de existirem poucos estudos sobre inclusão de crianças autistas no ensino regular acaba refletindo nesta realidade, ou seja, o número de crianças autistas incluídas é pequeno, apesar de que vem aumentando ano após ano, mas, ainda se comparadas àquelas com outras deficiências, é muito inferior (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 65-74).

Mesmo que a proposta de inclusão represente uma expressão de direitos humanos, sabemos que o processo de incluir depende da formação das pessoas, o que torna a tarefa da família e da escola muito mais importante. Transformar os valores da formação das pessoas reconhecendo os direitos de cidadania de todos é primordial para a real efetivação da inclusão escolar com qualidade (CALLONERE, 2002, p. 16).

Inclusão não é apenas uma presença física, é um sentimento. Trata-se da troca de pertencimento entre a escola e a criança, ou seja, a criança precisa sentir que pertence a escola e a escola precisa sentir que é responsável por esta criança. É de suma importância ressaltar que a responsabilidade por este aluno continua sendo do professor regente e escola, mesmo havendo um professor auxiliar. Este professor auxiliar somente irá inseri-lo nas atividades de sala de aula, jamais propondo atividade diferente, pois isto estaria dificultando a inclusão propriamente dita (PLETSH; LIMA, 2014, p. 9).

Percebemos que uma melhor formação dos docentes na área de educação especial, irá propiciar melhores condições de viabilizar a escolarização do aluno autista, mas cabe também à família e aos pais, conhecer de forma efetiva os fatos que abarcam seus filhos, principalmente neste caso, com o filho que é autista. Conhecer a inclusão escolar fará com que os pais possam entender que os direitos dos filhos possam ser desenvolvidos no

ambiente escolar, fazendo com que se alcance a finalidade real de todo este projeto, que é a inclusão na sociedade, tornando isto algo natural e compartilhado entre todos.

Isto nos leva a uma sutil contradição. Se por um lado defendemos que é necessária uma formação profunda por parte dos profissionais que lidam com a educação inclusiva, isto não pode servir como “muleta” para a exclusão.

Raquel Paganelli (2017, p. 89-96), mestre em educação inclusiva pela University College, de Londres e integrante das equipes do Instituto Rodrigo Mendes e do portal Diversa, identifica os pontos centrais desta contradição. Ela pontua que durante muito tempo se acreditava ser possível generalizar pessoas com TEA a partir de um mesmo diagnóstico e, assim, padronizar estratégias. Hoje, sabemos que essa noção é simplista. Ainda que apresentem diagnósticos iguais, duas pessoas podem reagir às mesmas intervenções de maneira distinta. A ideia de que a escola precisa antes estar pronta para só depois receber os alunos com deficiência é baseada na expectativa ilusória de um saber pronto, capaz de prescrever como trabalhar com cada criança.

O argumento do despreparo tem sido usado como guarda-chuva de argumentos para justificar a recusa e até retirada de estudantes com autismo na escola regular. Muitos educadores entendem que esses alunos são “especiais” e, para educá-los, é necessária uma preparação totalmente “especial” (PAGANELLI, 2017, p. 90)

Percebe-se que não existe uma receita neste sentido. A melhor maneira de lidar com as problemáticas e com os desafios que surgem é com a presença e formação através de estudos constantes. O preparo do professor será, sobretudo, resultado da interação cotidiana com os educandos, mas para isto é necessária uma prática pedagógica que valorize as diferenças. Não existe, portanto, uma especialização capaz de antever aquilo que somente se revela no dia a dia. Uma formação anterior poderá dar confiança, sugerir algumas práticas e experiências já vivenciadas por outros docentes, mas somente garantindo a presença do estudante na escola e conhecendo-o bem que conseguiremos identificar meios suficientes para garantir sua inclusão.

4 Considerações Finais

O estudo sobre o autismo possibilitou entender melhor a temática, desde as legislações vigentes em relação ao tema, seja legislação em defesa da humanidade, seja em defesa da

Desafios enfrentados pelos professores auxiliares da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista

igualdade de tratamento até as características do comportamento de um indivíduo autista, visto que se trata de um transtorno que abrange a complexidade em todos os âmbitos sociais, principalmente no âmbito escolar.

A inclusão de alunos autistas na escola regular da rede pública se torna então um grande desafio, pois para que isto se torne uma realidade é necessário à preparação dos docentes e de todo corpo escolar. Vimos, entretanto, que a ausência desta preparação, não pode servir de “muleta” ou de “guarda-chuva” para a recusa do atendimento do aluno autista, muito pelo contrário, isto deve servir para incentivar professores e corpo escolar, bem como a comunidade escolar, a buscar em pesquisas métodos, experimentos, soluções para que a inclusão se torne mais real.

Não há que se falar em uma especialização que torne um professor totalmente preparado para atender um aluno autista, visto que cada aluno tem sua especificidade. É preciso então trabalhar não focando nas dificuldades apresentadas pelo indivíduo autista, mas em todas as suas potencialidades, uma vez que estas proporcionam maior impacto em seu desenvolvimento.

Embora muitos docentes sejam especializados, é de fundamental importância que a escola por meio de seus gestores, proporcione a capacitação dos docentes, com formações continuadas adequadas às necessidades, e não apenas de maneira aleatória, pois o papel do professor é primordial para o processo de inclusão escolar. Portanto, é necessário que os docentes, por sua vez, proponham-se a assumir este desafio, pois todos são beneficiados com a inclusão.

Sendo a inclusão um processo que envolve família, escola e comunidade escolar, para que a mesma não seja apenas uma teoria, faz-se necessário estar atento às condições necessárias para a efetivação que a mesma propõe, caso contrário, mesmo que uma escola se diga inclusiva, estará prejudicando o aluno autista, por não oferecer atos e recursos importantes para a efetivação da inclusão.

Os pontos negativos levantados não devem, em hipótese alguma, ser encarados como um erro a ser criticado, pois não é esta a intenção. O objetivo de se levantar esta questão é contribuir para que o processo inclusivo na rede de ensino regular torne-se cada vez melhor no atendimento aos educandos autistas e às demais necessidades educacionais especiais. É no intuito de ver cada vez menos uma “exclusão disfarçada de inclusão” que trabalhos como estes se tornam tão importantes. Precisamos entender que aquele aluno especial que fica

maior parte do seu tempo no ambiente escolar dentro de uma biblioteca, pois é mais silencioso, ou em locais afastados dos demais alunos, não está sendo incluído. Não está havendo nestes casos um sentimento de pertencimento à escola, uma vez que ele é afastado dos demais, e com isto, estamos apenas excluindo-o novamente, mas desta vez dentro do ambiente escolar, ou seja, estamos apenas excluindo-o diferentemente, mas não deixa de ser exclusão.

Referências

- AINSCOW, Mel. *Necessidades especiais na sala da aula* – um guia para a formação de professores. Instituto de Inovação Educacional: Edições UNESCO, 1998.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5th ed. Washington (DC): American Psychiatric Association, 2013
- ORRÚ, Sílvia Ester. *Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.
- BORDIN, Maria de Fatima Burger. *Escola inclusiva* – um desafio para o Instituto Federal Catarinense Campus Rio do Sul – SC. 2009. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá, 2009.
- BRASIL, *Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012*. Lei Brasileira que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, 27 Dez 2012.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*: Portaria nº 555/2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.
- CALLONERE, Andréa. *Relações familiares e escolares de estudantes com desenvolvimento atípico na escola comum*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2002.
- CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Revista Psicologia e Sociedade*; 21 (1): 65-74, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5ed. Curitiba: Positivo; 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2010. 407p.
- PAGANELLI, Raquel. *A infantilização e a subestimação da pessoa com deficiência intelectual como principal barreira à inclusão*. Rede de cuidado à pessoa com deficiência. – 1. Ed. – Tubarão: Copiart, 2017.
- PLETSH, Márcia Denise; LIMA, Marcela Francis Costa. *A inclusão escolar de alunos com autismo: um olhar sobre a mediação pedagógica*. In: Anais do I Seminário Internacional de Inclusão

Desafios enfrentados pelos professores auxiliares da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos com transtorno do espectro autista

Escolar: práticas em diálogo; 2014; Rio de Janeiro, Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 2014.

SERRA, D. Autismo, família e inclusão. *Revista Polêmica*, 9(1): p. 40-56. 2010.

Recebido em 15/06/2019.

Aceito em 20/02/2020.